



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

9. PROBLEMAS DO NORDESTE

RECIFE, 6 DE JUNHO DE 1964

NA SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO DA
REUNIAO DA «SUDENE».

A palavra que vos trago é, acima de tudo, de confiança, isto é, a confiança em que, identificados nos mesmos propósitos e com igual determinação, poderemos realmente mudar a face do Nordeste. Profiro-a, aliás, com a imaginação voltada para êsse imenso conjunto de terras e de gentes que engloba tantos Estados do Brasil.

Muito se tem falado do Nordeste. Tanto que se acabou por verificar que existem dois: o «da terra gorda e de ar oleoso», que é o da cana de açúcar; e aquêle que forma os «sertões de areia sêca rangendo debaixo dos pés». Ambos, infelizmente, a reclamarem o apoio governamental, a fim de lograrem emergir da situação em que se encontram e da qual, para têmos idéia das privações em que vivem, bastará dizer-se que oferecem um dos mais baixos níveis de vida do mundo. O pior para nós, entretanto, é o contraste que oferecem no confronto com outras regiões do País. Talvez caiba aqui uma pergunta, por certo dolorosa, mas à qual não devemos fugir: como poderá viver e sobreviver uma população cuja renda «per capita» era, em 1960, de treze mil cruzeiros por ano?

Devemos, porém, acentuar que o Brasil não tem sido indiferente a êsse terrível desnível. Desde o Império — o que mostra tratar-se de preocupação quase secular — tem o Govêrno voltado as suas vistas para o problema do Nordeste. E se fatôres vários, que vão desde a desonestidade dos administradores até a falta de planejamento e a hiatos na ação governamental, têm contribuído para um avanço bem modesto nesse largo espaço de tempo, nem por isso, nós nordestinos, devemos recriminar os nossos patrícios de zonas mais prósperas.

São imensas as dificuldades a vencer. E tanto maiores quando, dadas as atuais circunstâncias do País, precisa o Governo, a um só tempo, atingir objetivos que nem sempre se conciliam: a correção da inflação, a retomada do desenvolvimento nacional e a efetivação das reformas. Disso não há, porém, como fugir. E somente devido à alta prioridade dada pelo Governo aos problemas do Nordeste, poderá êle evitar, em parte, os efeitos de uma dura política de redução das despesas. Consideramos, porém, o desenvolvimento imprescindível e inadiável, não somente na Agricultura como na Indústria. Do mesmo modo que as reformas, atingindo o Nordeste, melhor assegurarão a integração do homem em padrões de vida compatíveis com a dignidade humana.

Cumpre-nos até reconhecer que num campo fizemos progresso considerável — o do planejamento. Dêle, aliás, muito dependerá, a fim de alcançarmos apreciável coordenação entre os vários órgãos e setores, a ação governamental.

Sem dúvida, pelos próprios estudos e investigações que necessariamente o acompanham, êle, por vêzes, nos surpreende. Se, por exemplo, nos voltarmos para o discutido problema da terra, tão cheio de aspectos emocionais, e infelizmente menos estudado do que explorado por falsos líderes populares, os dados que encontramos clamam por inevitável modificação. De fato, além de verificar-se que um têrço de tôda a área territorial do Nordeste é ocupada por propriedades de mais de mil hectares, constata-se que representam apenas 0,64 por cento do número de estabelecimentos rurais.

Isto em 1960, quando, em 1950, já haviam representado 1,21 dos mesmos estabelecimentos. Assim, se também considerarmos ter havido, em igual período, um aumento populacional da ordem de 25 por cento, bem compreenderemos quanto o latifúndio tem crescido no Nordeste.

Mais grave, no entanto, é vermos que dos seus 120 milhões de hectares o Nordeste cultiva apenas 4,5 por cento, enquanto 11 por cento se destinam a pastagens. Os 84 por cento restantes são praticamente inaproveitados. Também, se nos voltarmos para a produtividade do trabalhador, não são mais animadores os índices

encontrados: para a média de três hectares cultivados em São Paulo por trabalhador, encontramos no Nordeste apenas a metade daquela média.

Igualmente baixa é a produtividade agrícola regional, naturalmente ressentida da falta de melhores técnicas, adubos, inseticidas e ferramentas. Enquanto em São Paulo se atingem 47 toneladas de cana por hectare, o Nordeste, com tãda uma tradição açucareira, que remonta à época das capitânicas, se detêm em 38 toneladas. Daí, aliás, vos haver dito que também o Nordeste molhado das áreas açucareiras está a exigir a ajuda do Govêrno, para aperfeiçoar as suas técnicas de produção. Em relação ao açúcar, hoje tão reclamado pelos mercados internacionais, será a tarefa do Instituto do Açúcar e do Alcool a de um instrumento efetivo de amparo à lavoura e à indústria, e não a de um órgão de política partidária.

Dêste breve panorama sôbre a situação da terra no Nordeste decorre, inevitavelmente, a necessidade de o Govêrno se entregar a uma vigorosa e decidida política rural que permita introduzir profundas modificações no sistema existente. Devo mesmo adiantar que, no estatuto da terra a ser em breve submetido à deliberação do Congresso Nacional, visa-se a proporcionar o acesso à terra inaproveitada ou mal aproveitada àqueles que se disponham a trabalhá-la e aos quais o Govêrno pretende dar ferramentas e assistência técnica e creditícia. Não será, porém, um documento demagógico de subversão nem de ameaça aos que derem à terra, herdada ou adquirida, adequada utilização, tornando-a fonte de riqueza, de progresso e de bem-estar.

A filosofia da reforma agrária em que se empenha o Govêrno é a de exigir da terra a sua função de elemento básico da riqueza nacional, dando-lhe um regime juridico capaz de aumentar a sua produtividade, não sômente através de justa distribuição, mas também incorporando-lhe o progresso técnico e científico. Para a consecução dêsse objetivo não utilizaremos sistemas extremados de coletivização ou indiscriminada expropriação, que, além de violentarem direitos naturais inalienáveis, bem pobres resultados econômicos produziram nos países em que foram tentados. Através da

tributação progressiva sôbre latifúndios e áreas inaproveitadas, da justa contribuição de melhoria, do incremento à colonização, do crédito rural e da assistência técnica, espera o Govêrno alcançar as linhas mestras de uma política que propicie à agricultura brasileira relevante participação na riqueza nacional. É, pois, de esperar e desejar que, em futuro não remoto, possam as estatísticas brasileiras sôbre o Nordeste nos oferecer índices bem mais tranquilizadores do que os atuais.

Bem sabemos que o regime da terra não é mais do que uma das múltiplas facêtas em que se desdobra o problema do Nordeste.

Além das questões básicas da Saúde e da Educação — preliminares para uma democracia verdadeiramente cristã e humana, porque abrem os portões de ingresso à igualdade de oportunidades à vida e ao aperfeiçoamento intelectual e moral de tôdas as criaturas nascidas aqui ou em qualquer região do Brasil — mas de que não posso agora tratar, desejo focalizar algumas.

E dentre estas talvez sobreleve a questão da energia elétrica, que logo nos faz voltar as vistas para a usina de Paulo Afonso, vivo exemplo de que, quando empregados com honestidade e eficiência, os recursos encaminhados pela União aqui se multiplicam sob as bênçãos das populações sofredoras. Obra exclusiva de brasileiros, é ela eloqüente testemunho das extraordinárias virtudes do trabalhador nordestino, que tão bem simboliza o homem forte de Euclides da Cunha.

Em Paulo Afonso poderá o Nordeste buscar até um e meio milhão de quilowatts, além de igual reserva que poderá ser obtida no "canyon" existente alguns quilômetros a jusante da atual usina. O certo é que, de um total de cinqüenta mil quilowatts, que anteriormente supriam todo o Nordeste, passou êste a dispor hoje de trezentos mil, enquanto já se ultimam os trabalhos de nova unidade com mais sessenta e cinco mil quilowatts. Para fins de 66 já se cogita de entregar aos consumidores mais duzentos e quarenta mil. E, certo da importância que tem a energia elétrica na solução dos problemas do Nordeste, o atual Govêrno não descurará dêsses objetivos.

Das linhas que se estendem para o interior, cabe especial menção às que se dirigem para Fortaleza e às que demandam Juazeiro e Senhor do Bonfim, na Bahia. A primeira, com 654 quilômetros, será a maior da Hidrelétrica do São Francisco, e reclama uma inversão de onze bilhões de cruzeiros. A sua construção representará, porém, a libertação de Fortaleza da precária e dispendiosa situação em que se encontra, abastecida por energia de origem térmica, que somente para a União representa um subsídio anual de meio bilhão de cruzeiros. Nela, aliás, temos um salutar exemplo de cooperação entre vários organismos governamentais, pois contribuem para a sua conclusão, além da própria hidrelétrica, o Ministério das Minas e Energia, o Departamento de Obras Contra as Secas, a Eletrobrás e a SUDENE.

Quanto à segunda, que demanda Juazeiro pela margem direita do São Francisco, representa a mais extensa linha rumo ao interior brasileiro e estará terminada em dezembro próximo. Será, por sinal, a base de toda a programação de ressurgimento agrícola, minerador e industrial da região a que vai servir, permitindo, inclusive, o aproveitamento das minas de cobre de Senhor do Bonfim, na Bahia.

Não poderíamos, no entanto, concluir esta breve referência ao problema da energia elétrica para o desenvolvimento do Nordeste, que o Governo considera fundamental, sem lembrarmos que no Parnaíba, entre o Piauí e o Maranhão, iniciam-se as obras da Usina de Boa Esperança, que deverá ter, na região a que servirá, influência semelhante à de Paulo Afonso sobre a vida das populações por ela abastecidas. Assim, dentro do programa de propiciar ao Nordeste a energia elétrica, que reclama para sua industrialização e seu progresso, o Governo não somente terá iniciativa, mas estará atento para que as obras sejam ultimadas em prazos tão curtos quanto possível.

Mas, já que vos falei na industrialização, não é possível deixar de assinalar quanto ela representa para uma real recuperação do Nordeste. E o Governo não poupará esforços no sentido de ampliar os investimentos já programados com esse objetivo. Será uma política de coordenação de investimentos, incentivos fiscais e

monetários destinada a assegurar para a industrialização somas ponderáveis e efetivamente aplicadas. Digo efetivamente aplicadas porque, se examinarmos as atividades da SUDENE em 1963, e as confrontarmos com os programas que ela própria estabelecera, verificaremos que dos recursos comprometidos, num total superior a 42 bilhões de cruzeiros, somente foram aplicados pouco mais de 17 bilhões. Na realidade, têm sido bem modestas as inversões da SUDENE no setor industrial, para o qual, em 1963, reservou menos de um por cento do total das suas aplicações.

Acreditamos, porém, que, liberados maiores recursos, e vencida a longa fase dos planejamentos, possamos tornar realidade, em breve tempo, algumas iniciativas industriais de monta, entre as quais seria possível mencionar a Fábrica de Borracha Sintética de Pernambuco, a Usina Siderúrgica da Bahia e a instalação da indústria da pesca no Nordeste, com a inauguração da PENESA.

É intenção do Governo levar imediatamente o máximo de benefícios sócio-econômicos das barragens já construídas no polígono das sêcas, dando prioridade às verbas complementares para o seu aproveitamento, sobretudo no tocante às irrigações e à eletrificação.

Questão de extraordinária magnitude, que talvez até sobreleve às demais, é a do fornecimento de recursos financeiros para a recuperação do Nordeste. Sejam recursos diretamente concedidos pelo Governo Federal para a realização de obras, sejam os concedidos por estabelecimentos de crédito, ou obtidos mediante convênios internacionais. A verdade é que nesse particular há muito que censurar. Começemos pelo que se nos afigura mais grave. Pelos acórdos firmados entre a SUDENE e o Governo Norte-Americano, deveriam ter sido investidos no Nordeste, em 1963, 37 milhões de dólares. Dêstes, porém, apenas 2,6 milhões chegaram a ser concedidos. E isso porque, segundo a própria confissão da SUDENE, faltaram aos órgãos executores, especialmente os ligados às administrações estaduais, condições para tornarem efetivos os convênios realizados, privando dêsse modo a região de soma verdadeiramente ponderável.

Também é de desejar que os estabelecimentos brasileiros de crédito examinem a possibilidade de maiores financiamentos para

o Nordeste. O Banco Nacional de Desenvolvimento, por exemplo, concedeu, em 1961, financiamentos num total inferior a dez por cento do que concedera a um único Estado do sul do País. E o Banco do Nordeste, em 1962, embora operando mais do que em todo o período de 1954 a 1961, não elevou os seus financiamentos a mais de 8,9 bilhões de cruzeiros, soma bem modesta se imaginarmos que somente ao Rio Grande do Sul o Banco do Brasil concedeu, naquele ano, empréstimos num montante superior a 39,5 bilhões. Naturalmente, pelas próprias deficiências locais, pelas dificuldades a vencer ou a pequena rentabilidade das iniciativas, encontrarão os estabelecimentos de crédito menores atrativos no Nordeste do que em outras regiões do País. Cumpre, porém, não esquecer que nos encontramos diante do "maior problema de desenvolvimento do hemisfério ocidental", que por isso mesmo tem suscitado a simpatia e a ajuda de vários organismos internacionais, como a UNESCO, o Fundo Especial das Nações Unidas e o Centro Interamericano de Desenvolvimento Agrícola.

Na realidade, em face do Nordeste, dos seus problemas e até do que a sua pobreza representa para a própria unidade política e territorial do Brasil, devemos convocar quantos possam ajudar a União nessa batalha decisiva para o futuro do País. Não é possível, e não será possível continuarem existindo, lado a lado, habitados pela mesma gente, dois Brasis, um subdesenvolvido e outro em plena fase de enriquecimento.

Para realizar essa gigantesca obra de recuperação, o Governo atribui papel primordial à SUDENE, à qual conferiu a principal responsabilidade na promoção do desenvolvimento econômico e social do Nordeste brasileiro. Prova da importância atribuída a essa Superintendência e da prioridade reconhecida para os problemas a seu cargo é já haverem sido liberados pela atual Administração, apesar da rigorosa política de contenção das despesas, recursos financeiros que permitirão à SUDENE despende, ainda no corrente exercício, quatro vezes e meia o total despendido em 1963. Posso, pois, afirmar aos nordestinos que não faltarão à SUDENE recursos financeiros para a execução do seu programa de desenvolvimento, que se integra, em nível prioritário, no plano geral do Governo.

A tarefa, entretanto, é demasiada para poder ser suportada unicamente pela SUDENE. À ela se deverão juntar os órgãos estaduais, municipais e até internacionais. E tudo isso sem falar em outros setores da Administração Federal, que deverão ser necessariamente chamados para participar da batalha em prol do Nordeste.

Estou certo de que, coordenadas e unidas tôdas essas possibilidades, lograremos chegar a bom têrmo na realização da obra que o Brasil reclama em favor de milhões de brasileiros. Dai vos haver dito, inicialmente, que vos trazia uma palavra de confiança.

Certa feita, recebido no Recife pelos seus entusiasmados admiradores, Joaquim Nabuco, um dos mestres da nossa eloquência, declarou, ao falar bem perto daqui, no velho e belo teatro Santa Isabel, que ali se fizera a Abolição. Deus queira que, no futuro, possa alguém afirmar que aqui, pelo vosso trabalho, se realizou a recuperação do Nordeste.